

# **Demonstrações Financeiras**

## **Cemig Geração Camargos S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....</b>	<b>3</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....</b>	<b>12</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....</b>	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>14</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....</b>	<b>15</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>16</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>2. BASE DE PREPARAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....</b>	<b>20</b>
<b>4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....</b>	<b>21</b>
<b>5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....</b>	<b>22</b>
<b>6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>7. IMOBILIZADO.....</b>	<b>23</b>
<b>8. INTANGÍVEL.....</b>	<b>25</b>
<b>9. ARRENDAMENTOS.....</b>	<b>26</b>
<b>10. FORNECEDORES.....</b>	<b>29</b>
<b>11. ENGARGOS REGULATÓRIOS.....</b>	<b>29</b>
<b>12. TRIBUTOS.....</b>	<b>30</b>
<b>13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS.....</b>	<b>30</b>
<b>14. PROVISÕES.....</b>	<b>30</b>
<b>15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>31</b>
<b>16. RECEITA.....</b>	<b>32</b>
<b>17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....</b>	<b>34</b>
<b>19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....</b>	<b>34</b>
<b>20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....</b>	<b>36</b>
<b>21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....</b>	<b>37</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>41</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....</b>	<b>42</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### A CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### ***Resultado do Exercício***

A Companhia apresentou, no exercício de 2022, um resultado do exercício de R\$ 44.591 mil, em comparação a R\$51.135 mil no exercício de 2021.

#### ***Receita***

A Cemig Geração Camargos S.A. é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – ME – UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

As principais variações na receita da Companhia são conforme segue:

#### *Fornecimento bruto de energia elétrica*

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$35.309 mil, em comparação a R\$32.837 mil em 2021.

A Cemig Geração Camargos S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

#### *Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga*

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$24.761 mil em 2022 (R\$27.409 em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

#### ***Custos e Despesas Operacionais***

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$8.770 mil em 2022 (R\$10.557 mil em 2021), representando uma diminuição de 16,93%. Essa variação deve-se, principalmente, a redução de volume dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$3.410 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 6,40% em relação ao Resultado de R\$53.211 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$2.613 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 4,86% em relação ao Resultado de R\$53.748 mil antes dos efeitos fiscais.

### **Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$44.940 mil, comparativamente a R\$52.968 mil em 2021. A Margem do LAJIDA foi de 84,46% em 2022 e 98,55% em 2021, conforme demonstrado a seguir:

<b>R\$ mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var. %</b>
<b>Resultado</b>	44.591	51.135	(12,80)
Provisão IR e Contribuição Social Corrente	3.410	2.613	30,50
Amortização e Depreciação	499	317	57,41
Resultado Financeiro	(3.560)	(1.097)	224,52
<b>LAJIDA</b>	<b>44.940</b>	<b>52.968</b>	<b>(15,16)</b>

<b>LAJIDA</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receita Líquida – R\$ milhões</b>	53.211	53.749
<b>LAJIDA – R\$ milhões</b>	44.940	52.968
Margem LAJIDA - %	84,46%	98,55%

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida

## SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de

comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados. Continuamente ao ano de 2021, os trabalhos foram feitos com as COMPDECs-Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil e foram realizadas reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

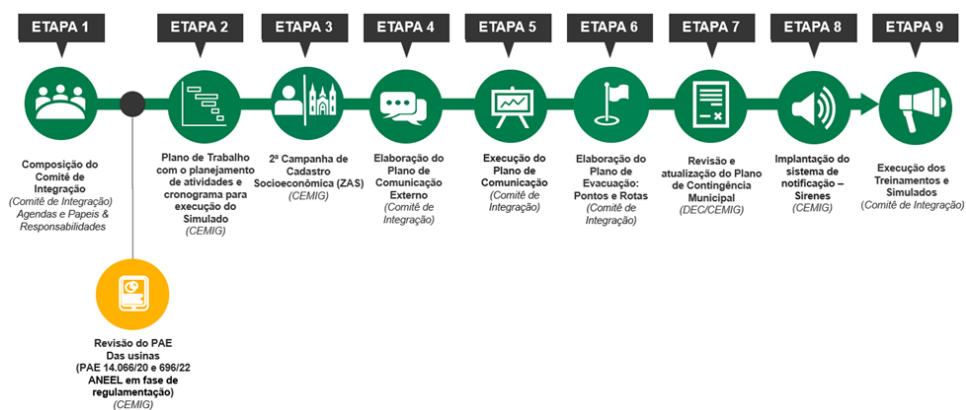
Em 2022, a Cemig continuou trabalhando temas inseridos no tratamento da Lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015, apresentando a estratégia de Alerta/Alarme e meios de comunicação em cenários de emergências em rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas.

Os PAEs também focam na apresentação de riscos de inundação causados por cheias ordinárias, além dos possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Nos anos de 2020 e 2021, as tratativas dos PAEs das barragens da empresa, junto às Defesas Civis Municipais, foram feitas de “modo individual” e com pauta específica, e usado a bandeira do “Programa Proximidade”. A partir de julho de 2022, a Gerência de Planejamento Energético da CEMIG, como responsável pelo relacionamento com as Defesas Civis Municipais, criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal. Participam, minimamente, as instituições de interesse direto para o tema, quais sejam, COMPDECs, Defesas Civis Municipais, REDECs (Regionais de Defesa Civil Estadual) e unidades dos CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar do Estado de MG), correlatos aos municípios mapeados.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



Além do plano citado, em especial, também foram executados em 2022:

1. Treinamentos para difusão do App. PROX (App. de Gestão de Riscos)
2. Debates com a comunidade para criação e melhorias do perfil população no App. PROX, visando disponibilização de outros cenários de riscos (incêndios, deslizamentos, enchentes) e melhorias na interatividade para cenários de ruptura de barragens e de cheias (manchas de inundação e proximidade de rotas de fuga e pontos de encontro)
3. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro na ZAS-Zona de Auto salvamento de 03 barragens (remanescentes do ano 2021)
4. Instalação de Sinalização de Alerta (placas Rotas de fuga e Pontos de Encontro) em 05 municípios.
5. Em continuidade das ações do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, foram distribuídos, gratuitamente, cerca de 900 aparelhos para a população mapeada e cadastrada na ZAS das barragens das PCHs Cajuru e Piau, nos municípios de Divinópolis, Carmo do Cajuru e Piau. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Ainda no ano de 2022, após 03 anos de paralisação devido às restrições da Pandemia COVID-19, o “Programa Proximidade” retomou a realização de suas reuniões presenciais, com 04 eventos ocorridos (UHes Queimado, Nova Ponte, Emborcação e Irapé). Estes eventos contaram com a participação de cerca de 140 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs.



## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$44.591 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.230 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.181 mil para pagamento de dividendos estatutários;
- R\$21.181 mil para pagamento de dividendos adicionais;

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.717	758
Títulos e Valores Mobiliários	4	27.087	15.169
Consumidores e Revendedores	5	4.290	4.675
Ativo Financeiro da Concessão	6	16.522	15.126
Outros ativos		89	126
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>52.705</b>	<b>35.854</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores e Revendedores	5	-	102
Títulos e Valores Mobiliários	4	102	3.120
Tributos Compensáveis		632	536
Outros Créditos		56	56
Ativo Financeiro da Concessão	6	131.889	125.076
Imobilizado	7	3.142	3.142
Intangível	8	9.015	9.311
Direito de Uso	9a	92	82
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>144.928</b>	<b>141.425</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>197.633</b>	<b>177.279</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	863	664
Encargos Regulatórios	11	430	213
Impostos, Taxas e Contribuições	12a	488	448
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	551	384
Dividendos a pagar	15	21.181	18.289
Convênio de compartilhamento	20	305	267
Passivo de Arrendamento	9b	21	13
Outras Obrigações		-	1
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>23.839</b>	<b>20.279</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos Regulatórios	11	36	-
Impostos, Taxas e Contribuições Diferido	12a	897	491
Imposto de Renda e Contribuição Social	12b	1.168	599
Passivo de Arrendamento	9b	79	74
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	13	9.835	8.756
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.015</b>	<b>9.920</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>35.854</b>	<b>30.199</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	15		
Capital Social		113.499	113.499
Reserva de Lucros		48.280	33.581
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>161.779</b>	<b>147.080</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>197.633</b>	<b>177.279</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

**(Em milhares de reais, exceto Resultado por Ação)**

	Nota	2022	2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	16	<b>53.211</b>	<b>53.749</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>	17		
Custos com energia elétrica		(1.888)	(4.759)
Custos de operação		(5.243)	(4.256)
		<u>(7.131)</u>	<u>(9.015)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>46.080</b>	<b>44.734</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	17		
Despesas gerais e administrativas		(789)	(726)
Outras despesas operacionais		(850)	(816)
		<u>(1.639)</u>	<u>(1.542)</u>
Ganho com ressarcimento do GSF		-	9.459
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>44.441</b>	<b>52.651</b>
Receitas financeiras	18	4.683	1.495
Despesas financeiras	18	(1.123)	(398)
		<u>3.560</u>	<u>1.097</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>48.001</b>	<b>53.748</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.841)	(1.843)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(569)	(770)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>44.591</b>	<b>51.135</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação – R\$</b>		<b>0,3929</b>	<b>0,4505</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

**(Em milhares de Reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	44.591	51.135
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>44.591</b>	<b>51.135</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por Ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>113.499</b>	<b>6.735</b>	<b>11.735</b>	-	<b>131.969</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2020	-	-	(11.735)	-	(11.735)
<b>Resultado do Exercício</b>	-	-	-	51.135	51.135
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>					
Reserva Legal	-	2.557	-	(2.557)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	15.578	(15.578)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,1034 por ação)	-	-	-	(18.289)	(18.289)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,1034 por ação)	-	-	8.711	(8.711)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>113.499</b>	<b>9.292</b>	<b>24.289</b>	-	<b>147.080</b>
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2021	-	-	(8.711)	-	(8.711)
<b>Resultado do Exercício</b>				44.591	44.591
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>					
Reserva Legal		2.230		(2.230)	
Dividendos Estatutários (R\$0,1870 por ação)				(21.181)	(21.181)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,1870 por ação)			21.180	(21.180)	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>113.499</b>	<b>11.522</b>	<b>36.758</b>	-	<b>161.779</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

**(Em milhares de Reais)**

	2022	2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	44.591	51.135
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido (Nota 19)	569	770
Atualização Monetária Bonificação de Outorga (Nota 16)	(24.761)	(27.409)
Amortização e Depreciação (Nota 17)	395	317
Amortização	104	-
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 9)	17	15
Variações monetárias – Restituição a concessionárias (Nota 18)	1.081	371
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	-	(9.459)
	<b>21.996</b>	<b>15.740</b>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	487	1.574
Ativos Financeiros da Concessão	16.552	15.022
Tributos Compensáveis	(102)	(236)
Outros Créditos	(91)	(3)
	<b>16.846</b>	<b>16.357</b>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	199	(1.485)
Impostos, Taxas e Contribuições	446	513
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.098	1.639
Encargos Regulatórios	253	(349)
Transações com Partes Relacionadas	38	(16)
Outras Obrigações	114	2
	<b>3.148</b>	<b>304</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>41.990</b>	<b>32.401</b>
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	(1.931)	(1.673)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>40.059</b>	<b>30.728</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e Valores Mobiliários	(8.900)	(2.029)
Fundos Vinculados	18	13
Imobilizado	(99)	(414)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(8.981)</b>	<b>(2.430)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos Pagos	(27.000)	(29.470)
Arrendamentos pagos	(119)	(93)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(27.119)</b>	<b>(29.563)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.959</b>	<b>(1.265)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	758	2.023
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.717	758
	<b>(3.959)</b>	<b>(1.265)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Camargos S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Camargos, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

Principais investimentos realizados em 2022:

- Aquisição de 06 medidores de faturamento.



A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **2.2. Bases de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e Revendedores (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 6 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 7 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 8 – Intangível (Amortização);
- Nota 9 – Arrendamentos;
- Nota 15 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

## 2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
CPC 32 – Tributo diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

## 2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo

apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

## 2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas Bancárias	47	38
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	105	-
Overnight	4.565	720
<b>TOTAL</b>	<b>4.717</b>	<b>758</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a movimentação em 2022 foi 99,0% do CDI (variou de 88,5% a 99% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,62% a.a a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (variou de 8,87% a.a a 9,14% em 31 de dezembro de 2021), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

### Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
<b>Aplicações Financeiras</b>		
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2.974	889
Letras Financeiras - Bancos	17.714	12.527
Letras Financeiras do Tesouro	6.244	1.577
Debêntures	155	176
	<b>27.087</b>	<b>15.169</b>
<b>Não Circulante</b>		
Letras Financeiras - Bancos	-	3.077
Debêntures	102	43
	<b>102</b>	<b>3.120</b>
	<b>27.189</b>	<b>18.289</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que fechou em 104,4% do CDI em 2022 e 107,24 em 2021, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 103,3% a 110,26% do CDI em 2022 (entre 105,00% a 130,00% do CDI em 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. Ficou entre 13,65% a 13,88% a.a. em 2022 e (9,12% a 9,50% a.a. em 2021).

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial TR +1% a 114,29% do CDI em 2022 ((TR)+1% e 109% do CDI em 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20 destas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

## 5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos	Saldos Vencidos	Total	
	Fatura do	Não Fatura do	Até 90 dias	91 até 360 dias	2022	2021
Fornecimento Industrial		1.363			1.363	2.292
Suprimento a Outras Concessionárias		2.927			2.927	2.463
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE						22
<b>Total</b>		<b>4.290</b>			<b>4.290</b>	<b>4.777</b>
<b>Circulante</b>						<b>4.290</b>
<b>Não circulante</b>						<b>102</b>

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, pelo fato de a Administração entender não haver risco de perdas na realização destas contas a receber.

### Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos.

## 6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Camargos, cuja concessão pertencia a própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Camargos para a Cemig Geração Camargos – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos, até 01/2053. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>140.202</b>	<b>127.815</b>
Recebimentos	(16.552)	(15.022)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	24.761	27.409
<b>Saldo final</b>	<b>148.411</b>	<b>140.202</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.522</b>	<b>15.126</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>131.889</b>	<b>125.076</b>

### Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>	<b>3,58</b>	<b>2.850</b>	<b>(229)</b>	<b>2.621</b>	<b>2.321</b>	<b>(129)</b>	<b>2.192</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações		129	(6)	123	47	(3)	44
Máquinas e equipamentos		2.721	(223)	2.274	2.274	(126)	2.148
<b>Em curso</b>		<b>521</b>		<b>521</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>950</b>
<b>Total</b>		<b>3.371</b>	<b>(229)</b>	<b>3.142</b>	<b>3.271</b>	<b>(129)</b>	<b>3.142</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Em serviço</b>	<b>2.321</b>			<b>528</b>	<b>528</b>	<b>2.850</b>	<b>(229)</b>	<b>2.621</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	47			82	82	129	(6)	123
Máquinas e equipamentos	2.274			446	446	2.721	(223)	2.498
<b>Em curso</b>	<b>950</b>	<b>99</b>		<b>(528)</b>	<b>(429)</b>	<b>521</b>		<b>521</b>
<b>Total</b>	<b>3.271</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99</b>	<b>3.371</b>	<b>(229)</b>	<b>3.142</b>

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) + (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Em serviço</b>	<b>2.187</b>	-	-	<b>134</b>	<b>134</b>	<b>2.321</b>	<b>(129)</b>	<b>2.192</b>
Obras civis, benfeitorias e edificações	47	-	-	-	-	47	(3)	44
Máquinas e equipamentos	2.140	-	-	134	134	2.274	(126)	2.148
<b>Em curso</b>	<b>670</b>	<b>414</b>		<b>(134)</b>	<b>280</b>	<b>950</b>	-	<b>950</b>
<b>Total</b>	<b>2.857</b>	<b>414</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>414</b>	<b>3.271</b>	<b>(129)</b>	<b>3.142</b>

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 3,58% (3,56% em 2021).

### Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é



constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

## **8. INTANGÍVEL**

### **Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)**

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e suas subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$9.459, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de amortização (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Em serviço		9.459	(444)	9.015	9.459	(148)	9.311
Ativos da concessão - GSF		9.459	(444)	9.015	9.459	(148)	9.311
Em curso		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>9.459</b>	<b>(444)</b>	<b>9.015</b>	<b>9.459</b>	<b>(148)</b>	<b>9.311</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459			
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

### Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

## 9. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
<b>Adoção inicial</b>		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
<b>Contratos celebrados entre 2019 e 2021</b>		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

#### a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>80</b>	<b>72</b>	<b>152</b>
Remensuração	8	1	9
Amortização	(6)	(73)	(79)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>82</b>	<b>-</b>	<b>82</b>
Remensuração	(6)	(98)	(104)
Amortização	7	108	115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>83</b>	<b>(10)</b>	<b>93</b>

#### b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>162</b>
Juros incorridos	15
Arrendamentos pagos	(93)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)

Remensuração	8
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>87</b>
Juros incorridos	34
Arrendamentos pagos	(119)
Juros sobre arrendamentos pagos	(17)
Remensuração	115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>100</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>21</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>79</b>

### Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

#### **Ativos de direito de uso**

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

#### **Passivo de arrendamento**

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de

exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

## 10. FORNECEDORES

	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Suprimento e Transporte de Energia	48	83
Materiais e Serviços	815	581
<b>TOTAL</b>	<b>863</b>	<b>664</b>

## 11. ENGARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Pesquisa Expansão Sistema Energético	15	14
Pesquisa e Desenvolvimento	245	78
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	30	27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	176	94
	<b>466</b>	<b>213</b>
<b>Circulante</b>	<b>430</b>	<b>213</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>36</b>	<b>-</b>

## 12. TRIBUTOS

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
ICMS	214	227
COFINS	850	511
PASEP	185	111
INSS	94	53
Outros	42	37
	<b>1385</b>	<b>939</b>
<b>Circulante</b>	<b>488</b>	<b>448</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>897</b>	<b>491</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022	2021
<b>Passivo</b>		
Imposto de Renda	1.072	605
Contribuição Social	647	378
	<b>1.719</b>	<b>983</b>
<b>Circulante</b>	<b>551</b>	<b>384</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.168</b>	<b>599</b>

## 13. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$8.385 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária e aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$9.835 (R\$8.756 em 2021). A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

## 14. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022, há ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R\$11 (R\$10 em 2021), cuja contingência de perda é possível.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Capital Social da Companhia é de R\$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2022	2021
Reserva Legal	11.522	9.292
Reserva de Retenção de Lucros	15.578	15.578
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	21.180	8.711
	<b>48.280</b>	<b>33.581</b>

#### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.230 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2022, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação. (R\$2.557 em 2021).

#### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

#### Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$21.180 em 2022, (R\$8.711 em 2021) referentes a dividendos propostos pela administração que excedem o dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

## b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme a seguir:

	2022	2021
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	44.591	51.135
Reserva Legal Constituída	(2.230)	(2.557)
	<b>42.361</b>	<b>48.578</b>
Dividendos Obrigatórios	21.181	24.289
Retenção de Lucros	-	15.578
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	21.181	18.289
Dividendos Intermediários	-	6.000
Dividendos Adicionais Propostos	21.180	8.711
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>42.361</b>	<b>33.000</b>

### Destinação do Resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023 que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$44.591, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.230 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.181 mil para pagamento de dividendos estatutários;
- R\$21.180 mil para pagamento de dividendos adicionais;

## 16. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento Industrial	17.616	15.167
Fornecimento não Faturado Industrial	1.362	970
Transações com Energia na CCEE	339	2.019
Suprimento Cotas - Geração Própria	33.048	29.787
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(504)	(697)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(16.552)	(15.022)
Outras Receitas - Ressarcimento	-	163
<b>Fornecimento bruto de energia elétrica</b>	<b>35.309</b>	<b>32.387</b>
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	24.761	27.409
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(6.859)	(6.047)
	<b>53.211</b>	<b>53.749</b>



**(a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga**

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 6 destas Demonstrações Financeiras.

**(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita**

	2022	2021
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	3.271	2.846
COFINS	1.704	1.521
PIS-PASEP	369	330
	<b>5.344</b>	<b>4.697</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	181	164
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	180	164
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	90	82
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	286
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.064	654
	<b>1.515</b>	<b>1.350</b>
	<b>6.859</b>	<b>6.047</b>

**Prática contábil**

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**Custos com energia elétrica**

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	439	3.503
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.449	1.256
	<b>1.888</b>	<b>4.759</b>

**Custos de operação**

	2022	2021
Materiais	211	103
Serviços de Terceiros	4.493	3.609
Depreciação	499	317
Outros	40	227
	<b>5.243</b>	<b>4.256</b>

## 18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação Financeira	4.036	1.148
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	615	312
Outras	32	35
	<b>4.683</b>	<b>1.495</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(1.081)	(371)
Outras Variações Monetárias	(16)	(10)
Juros Passivo de Arrendamento	(17)	(15)
Outras	(9)	(2)
	<b>(1.123)</b>	<b>(398)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>3.560</b>	<b>1.097</b>

### Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Bruta	50.870	50.870
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	3.170	3.170
Outras Receitas Financeiras	647	647
<b>Base de cálculo Lucro Presumido</b>	<b>7.887</b>	<b>9.922</b>
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.183	893
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	765	0
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.948</b>	<b>893</b>
Rendas Aplicações não resgatadas	866	866
Alíquota	25%	9%

<b>IR e CS - Diferimento Rendas</b>	<b>216</b>	<b>78</b>
Receita por competência diferida	9.199	9.199
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	736	1.104
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido receita por competência</b>	<b>184</b>	<b>99</b>
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(36)
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>(6)</b>	<b>(3)</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.948</b>	<b>893</b>
<b>Diferido</b>	<b>395</b>	<b>174</b>

	2021	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Bruta	46.356	46.356
Percentual de Presunção	8%	12%
	<b>3.709</b>	<b>5.563</b>
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	943	943
Outras Receitas Financeiras	348	348
<b>Base de cálculo Lucro Presumido</b>	<b>5.000</b>	<b>6.854</b>
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	750	617
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	476	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.226</b>	<b>617</b>
Rendas Aplicações não resgatadas	204	204
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferimento Rendas</b>	<b>51</b>	<b>18</b>
Receita por competência diferida	13.440	13.440
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	1.075	1.613
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferido receita por competência</b>	<b>269</b>	<b>145</b>
Amortização custos GSF	9.311	9.311
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	745	1.117
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>101</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.226</b>	<b>617</b>
<b>Diferido</b>	<b>506</b>	<b>264</b>

## Prática contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um ativo/passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis/tributáveis referentes a receita bruta e as receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

## 20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Controlador</b>								
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de compartilhamento (1)		-	196	267		-	(861)	(853)
Cemig SIM			109				(109)	
Convênio de compartilhamento - O&M (2)		-	295	290		-	(3.333)	(3.045)
Prestação de serviços (3)		-		-		-		-
Dividendos		-		18.289		-		-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (4)	241	211		-	2.730	2.397	(1.443)	(1.255)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	4.565	720		-		-		-
Títulos e valores mobiliários	27.088	15.169		-	1.233	372		-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	102	3.120		-		-		-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez,

são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 1,50% em 31 de dezembro de 2022 e 0,86% em 31 de dezembro de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	33	28
Participação nos resultados	8	5
Previdência privada	3	3
<b>Total (1)</b>	<b>44</b>	<b>36</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores e Revendedores		4.290	4.290	4.777	4.777
Títulos e Valores Mobiliários		3.736	3.736	9.598	9.598
Ativos financeiros da Concessão		148.411	148.411	140.203	140.203
Fundos Vinculados		23	23	41	41
		<b>156.460</b>	<b>156.460</b>	<b>154.619</b>	<b>154.619</b>

<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	4.670	4.670	720	720
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	2.974	2.974	889	889
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	14.081	14.081	6.225	6.225
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	6.244	6.244	1.577	1.577
Debêntures		155	155		
		<b>28.124</b>	<b>28.124</b>	<b>9.411</b>	<b>9.411</b>
		<b>184.584</b>	<b>184.584</b>	<b>164.030</b>	<b>164.030</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(863)	(863)	(664)	(664)
Passivo de Arrendamento		(100)	(100)	(87)	(87)
		<b>(963)</b>	<b>(963)</b>	<b>(751)</b>	<b>(751)</b>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022, 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

## Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### *Risco de Crédito*

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

#### *Risco de taxa de juros*

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

#### *Risco de Liquidez*

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com passivos de arrendamentos e fornecedores está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>- Pré-fixadas</b>						
Passivo de arrendamento	11	-	11	48	214	284
Fornecedores	828	35	-	-	-	863
<b>TOTAL</b>	<b>839</b>	<b>46</b>	<b>11</b>	<b>48</b>	<b>214</b>	<b>1.158</b>

#### *Risco Hidrológico*

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

\* \* \* \* \*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador 1SP/242451-04



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Camargos S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2022, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da  
Cemig Geração Camargos S.A.  
Belo Horizonte- MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Camargos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7